

CARTA ABERTA

ENTIDADES QUEREM A PROTEÇÃO EFETIVA DA AMAZÔNIA, COM A PARTICIPAÇÃO DAS SUAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS, E CONSIDERAM INSUFICIENTE A CAMPANHA DO GOVERNO FEDERAL, WWF E BANCO MUNDIAL, QUE PRETENDE, A CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO INDIRETO (SEM PRESENÇA HUMANA) EM 10% DA SUA EXTENSÃO TOTAL.

As organizações não governamentais abaixo assinadas vêm expressar a sua preocupação com a forma e com as conseqüências da campanha liderada pelo WWF internacional, com o apoio do Banco Mundial e a adesão do governo brasileiro, visando a proteção, através de unidades de conservação ambiental de uso indireto, de extensão correspondente a, pelo menos, 10% do território da Amazônia brasileira, até o ano 2000.

Essas organizações não se opõem à criação de novas unidades de conservação de uso indireto. Ao contrário, consideram o sistema de áreas protegidas atualmente existente como insuficiente para proteger os ecossistemas brasileiros, seja no que se refere a unidades de uso indireto, como também de uso direto, tanto do ponto de vista da sua extensão quanto dos tipos de formação natural que protegem, não apenas na Amazônia mas também em outras regiões.

As organizações apóiam a criação de novos parques em todo o país, nas áreas que venham a ser indicadas como prioritárias para a conservação da biodiversidade, no contexto de mosaicos de áreas protegidas que também considerem a criação de novas reservas extrativistas e o respeito aos direitos das populações tradicionais.

No entanto, consideram que as metas quantitativas da referida campanha - 10% até o ano 2000 -, como aleatórias e inadequadas à realidade brasileira. Enquanto proteção efetiva da Amazônia, 10% é uma referência inaceitável para uma região em que 85% da floresta continuam em pé. Por outro lado, 10% é extensão provavelmente excessiva para o fim de criação de unidades de uso indireto, não havendo estudos e informações confiáveis sobre a disponibilidade de tal extensão sem presença de populações indígenas ou extrativistas.

Também não vêem porque fixar o ano 2000 como referência, considerando que, até o momento, a extensão das unidades de uso indireto na Amazônia é inferior a 4% da sua área total e que a maior parte delas ainda não se encontra sequer implantada, havendo em todas elas a presença de populações tradicionais, inclusive 10 parques e reservas irregularmente superpostos, em mais de 3 milhões de hectares, a 12 territórios indígenas.

Pretender realizar, em termos de criação de parques, duas vezes mais do que o que se fez historicamente em apenas dois anos, representa o risco efetivo de criação de parques de papel, sem estudos de campo prévios que indiquem áreas mais propícias ou prioritárias para esta modalidade de proteção, incorporando áreas ocupadas por populações tradicionais e ampliando enormemente os conflitos que já envolvem estas populações e o Ibama.

As organizações signatárias entendem, ainda, que a proteção da Amazônia supõe políticas governamentais definidas e articuladas, atualmente inexistentes, que se utilizem não apenas de unidades de uso indireto, mas considerem o papel fundamental que as populações tradicionais exercem nessa proteção. O governo brasileiro não tem conseguido fiscalizar as áreas protegidas já existentes e é de conhecimento geral que, não fosse a resistência destas populações à ação predatória (de latifundiários, madeireiros, garimpeiros e forças políticas, com honrosas exceções), a situação da floresta estaria hoje em piores condições.

No entanto, essas populações vivem hoje em situação miserável, não dispendo de apoio governamental consistente para desenvolver as suas atividades econômicas tradicionais ou para a garantia de preços mínimos para os seus produtos, que dependem essencialmente da floresta em pé.

As organizações expressam a sua estranheza com o fato dessa campanha desconsiderar os demais biomas brasileiros, que se encontram mais devastados e fragilizados que a própria floresta amazônica, como é o caso da Mata Atlântica, de enorme importância em termos de biodiversidade, hoje reduzida a menos de 7% da sua extensão original, da Caatinga e do Cerrado que está sendo convertido em ritmo acelerado para a plantação de soja e a criação de gado.

E, ainda, estranham que essa campanha desconsidere os esforços em curso, referentes à organização do Work-Shop da Amazônia no contexto do Probio, liderada por um consórcio de organizações não governamentais brasileiras, contratado pelo próprio governo para, no prazo de um ano, oferecer subsídios e alternativas para as políticas públicas relativas à conservação, e que deverá propor, a partir de um processo participativo e com base nas informações atualmente disponíveis sobre a região, inclusive áreas potenciais para a criação de unidades de conservação de uso direto e indireto.

Em suma, as organizações signatárias propõem que o governo brasileiro, o Banco Mundial e o próprio WWF, bem como as demais instituições interessadas, somem esforços e recursos para a realização do referido Work-Shop, sem atropelos, para que a partir da sua realização e com base em metas coletivamente estabelecidas, sejam definidas políticas regionais abrangentes e campanhas de mobilização efetivamente comprometidas com a conservação da biodiversidade da Amazônia com as populações tradicionais que nela vivem e com o desenvolvimento sustentável no país como um todo.

Brasília, 1º de julho de 1998

Jô Cardoso de Oliveira, Gerente Executiva do **Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento**; Atanagildo de Deus Matos Gatão, Presidente do **Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS**; Fábio Vaz, Secretário Executivo do **Grupo de Trabalho Amazônico - GTA**; Aurélio Vianna Jr., Secretário Executivo da **Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais**.